

CONFERÊNCIA DE LÍDERES

SÚMULA

XV Legislatura	Reunião n.º 21
1.ª Sessão Legislativa	Data: 2022.12.14
2022/2023	Hora: 10:00 — 11:20
Ordem de Trabalhos: Agendamentos	

MESA DA AR

Presidente	Augusto Santos Silva
Vice-Presidentes	Edite Estrela
	Adão Silva
Secretários	Maria da Luz Rosinha
	Duarte Pacheco
	Palmira Maciel
Vice-Secretários	Lina Lopes
	—

GOVERNO

Ministra-Adjunta e dos Assuntos Parlamentares	Ana Catarina Mendes
--	---------------------

GRUPOS PARLAMENTARES

PS	Eurico Brilhante Dias
	Pedro Delgado Alves
PSD	Joaquim Miranda Sarmiento
	Catarina Rocha Ferreira
CH	Pedro Pinto
	Rui Paulo Sousa
IL	Rodrigo Saraiva
	João Cotrim Figueiredo
PCP	Paula Santos
BE	Pedro Filipe Soares

DEPUTADOS ÚNICOS REPRESENTANTES DE PARTIDO

PAN	Inês Sousa Real
L	Rui Tavares

Direção de Apoio Parlamentar: Ana Paula Bernardo
Divisão de Apoio ao Plenário: Vasco Cipriano

O Presidente da Assembleia da República (PAR) iniciou a presente reunião da Conferência de Líderes (CL) pelas alterações a fazer relativamente aos agendamentos fixados na anterior CL.

Assim, informou que o Grupo Parlamentar (GP) do CHEGA (CH) tinha requerido a marcação de um debate de urgência, nos termos do artigo 72.º do Regimento, sobre «as suspeitas de corrupção no Ministério da Defesa Nacional», para o dia 20 de dezembro.

Não houve oposição ao agendamento para a data em causa. Porém, o Líder Parlamentar do BE não quis deixar de salientar que não é a primeira vez que são requeridas marcações de debates de urgência com demasiada antecedência sobre a data pretendida, ao arrepio do previsto nas alíneas *a)* e *b)* do n.º 4 do artigo 72.º do Regimento. Mais sublinhou que as alterações feitas à referida norma regimental, em 2020, pretenderam precisamente evitar a excessiva antecedência na apresentação dos requerimentos para estes debates, definindo uma data-limite mínima e máxima para a sua apresentação. Nessa medida, frisou que não pode haver maior antecedência, nem são admissíveis pré-reservas de datas para o efeito, caso contrário são criados problemas de concorrência e impedimentos para os outros GP, uma vez que em cada quinzena só pode realizar-se um debate deste tipo.

O Deputado Pedro Delgado Alves (PS) assinalou que, tendo a marcação do debate de urgência sido requerida para uma sessão plenária a ter lugar numa 3.ª feira, dia não habitual para a realização de sessões plenárias e, portanto, não previsto na referida norma regimental, se podia admitir a antecipação do requerimento para 5.ª feira.

A Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares (MAAP) solicitou uma troca entre a Proposta de Lei n.º 30/XV/1.ª (GOV), agendada para o dia 21 de dezembro, e a Proposta de Lei n.º 42/XV/1.ª (GOV) - *Procede à alteração do regime jurídico das autarquias locais, aprofundando o regime das áreas metropolitanas e das comunidades intermunicipais*, tendo em conta a maior urgência no agendamento desta última, não tendo havido objeções.

Estando fixados os agendamentos até 22 de dezembro, o PAR prosseguiu com os agendamentos a fazer para a primeira quinzena de janeiro do próximo

ano, recordando que, em princípio, podiam ser marcadas sessões plenárias para os dias 4, 5, 6, 11, 12 e 13 de janeiro.

Para a sessão plenária do dia 4 de janeiro, foram agendadas declarações políticas, bem como duas Petições (n.ºs 250 e 235/XIV), pela ordem constante da lista de petições a aguardar agendamento para Plenário.

Além de um debate temático sobre o «setor dos registos», cuja marcação foi requerida pelo GP do PSD, para o dia 5 de janeiro, enviando para o efeito o respetivo documento enquadrador, nos termos do n.º 5 do artigo 73.º do Regimento, foi também decidido agendar a Proposta de Lei n.º 105/XIV/1.ª - *Pela majoração do financiamento da Universidade da Madeira e da Universidade dos Açores*, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira (ALRAM), com parecer.

A MAAP solicitou o agendamento das Propostas de Lei n.ºs 30/XV/1.ª (GOV) - *Completa a transposição da Diretiva (EU) 2019/2161, relativa à defesa dos consumidores*, e 32/XV/1.ª (GOV) - *Autoriza o Governo a estabelecer regras de certificação das qualificações das pessoas que intervêm na operação de embarcações que navegam em vias interiores, para transposição das Diretivas (EU) 2017/2397, 2020/12 e 2021/1233*, que ficaram agendadas para a sessão plenária do dia 6 de janeiro.

Foram ainda marcados um debate com o Primeiro-Ministro, sobre política geral, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 224.º do Regimento, para o dia 11 de janeiro, e um debate sobre as prioridades da Presidência Sueca do Conselho da UE, com a participação do Governo, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Acompanhamento e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de Construção da União Europeia, para o dia 12 de janeiro.

Iniciando a ronda de agendamentos pelo GP do BE, todos os GP agendaram uma iniciativa (ou um conjunto de iniciativas com a mesma grelha C, no caso do GP da IL).

Por fim, foram agendadas mais três Petições (n.ºs 226, 21 e 62/XIV), pela mesma ordem referida.

Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e da Constituição

O PAR deu algumas informações sobre o método e o calendário de elaboração do programa de comemorações parlamentares constantes do documento apresentado pela Comissão Organizadora das Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e da Constituição.

A Comissão Nacional das Comemorações, presidida pelo Presidente da República decidiu agendar, para 11 de janeiro de 2023, a aprovação do programa geral das comemorações e o programa específico para 2023, pelo que faz sentido não concluir a elaboração do programa de comemorações parlamentares antes dessa aprovação, de forma a garantir a melhor articulação possível. Para o efeito, a Comissão Organizadora irá contactando a Estrutura de Missão para informação e ajustamento recíproco das atividades previstas.

O PAR deu ainda nota de que o que se encontra mais adiantado e fechado é apenas o que diz respeito à preparação da exposição «Vieira da Silva e a Liberdade», organizada com a Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva, uma vez que envolve obras do acervo de museus estrangeiros e colecionadores privados.

Outros Assuntos:

O PAR deu conta de ter recebido uma carta do Presidente da ALRAM informando que, na sequência da aprovação em votação final global, em Plenário, no passado dia 9 de dezembro, do Texto Final relativo aos Projetos de Lei n.º 5/XV/1.^a (BE) 74/XV/1.^a (PS), 83/XV/1.^a (PAN) e 111/XV/1.^a (IL) - *sobre morte medicamente assistida não punível*, tinha dirigido uma carta ao Presidente da República, por entender que a AR devia ter solicitado às regiões autónomas o respetivo parecer sobre aquelas iniciativas, ao abrigo Lei n.º 40/96, de 31 de agosto, que «Regula a Audição dos Órgãos de Governo próprio das Regiões Autónomas».

O PAR defendeu que não era esse o seu entendimento.

Comissão Eventual de Revisão Constitucional

O PAR reiterou o pedido aos GP e DURP, que ainda o não tivessem feito, para indicarem os Deputados que integrarão a Comissão Eventual de Revisão

Constitucional, tendo ficado acordado que a posse da Comissão seria no dia 4 de janeiro de 2023, às 12h, logo a seguir à próxima CL.

Eleições para órgãos externos

A pedido do Líder do GP do PS foram adiadas as eleições do Presidente e de um Vogal para a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) e dos membros do Conselho Regulador da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social, marcadas para o dia 22 de dezembro, que ficaram de ser reagendadas na próxima CL.

Próxima Conferência de Líderes

A próxima CL foi agendada para o dia 4 de janeiro de 2023, às 10h30.

Agendamentos:

REUNIÃO PLENÁRIA-2022.12.14 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Declarações políticas.

Inquérito Parlamentar n.º 5/XV/1.ª (CH): — Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar para apurar a eventual ingerência do Primeiro-Ministro na autonomia do Banco de Portugal para proteger a filha do Presidente de Angola.

Tempos: Grelha D.

Petição n.º 177/XIV/2.ª (APAR-Associação Portuguesa de Apoio ao Recluso): — Aprovação de um perdão de penas generalizado e de uma amnistia para pequenos delitos.

Projeto de Resolução n.º 306/XV/1.ª (L): — Recomenda a avaliação da implementação de princípios de justiça restaurativa para mediação penal.

Tempos: Grelha própria.

REUNIÃO PLENÁRIA-2022.12.15 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Agendamento potestativo requerido pelo GP do CH, cujo tema é: «As forças de segurança e as suas carreiras, o racismo e a perseguição por parte do poder político em Portugal» e incidindo sobre as seguintes iniciativas legislativas:

Projeto de Lei n.º 23/XV/1.ª (CH): — Criminaliza o incitamento ao ódio contra os membros dos órgãos de polícia criminal e órgãos judiciais.

Projeto de Lei n.º 35/XV/1.ª (CH): — Aumenta para 450 Euros a componente fixa do suplemento por serviço e risco nas forças de segurança auferido pelos militares da Guarda Nacional Republicana e pelos agentes da Polícia de Segurança Pública.

Projeto de Lei n.º 255/XV/1.ª (CH): — Aplicação do processo sumário ao julgamento dos crimes de resistência e coação sobre funcionário.

Projeto de Lei n.º 379/XV/1.ª (CH): — Primeira alteração à Lei n.º 95/2021, de 29 de dezembro, com vista a regular as características e normas de colocação, ativação, sinalização e utilização das câmaras portáteis (*bodycams*) pelas forças de segurança, e a forma de transmissão, armazenamento e acesso aos dados recolhidos.

Projeto de Lei n.º 397/XV/1.ª (CH): — Direito à filiação partidária dos agentes de forças de segurança que não sejam militares ou agentes militarizados dos quadros permanentes em serviço efetivo.

Projeto de Resolução n.º 315/XV/1.ª (IL): — Recomenda ao Governo que garanta mais policiamento de proximidade.

Projeto de Resolução n.º 316/XV/1.ª (IL): — Recomenda ao Governo que proceda ao aperfeiçoamento dos dados constantes do Relatório Anual de Segurança Interna.

Tempos: Grelha A.

REUNIÃO PLENÁRIA-2022.12.16 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS

Debate sobre política setorial com a Ministra da Presidência.

Tempos: Grelha própria.

Votações regimentais.

REUNIÃO PLENÁRIA-2022.12.20 (TERÇA-FEIRA) 15:00 HORAS

Debate de urgência requerido pelo GP do CH, sobre «As suspeitas de corrupção no Ministério da Defesa Nacional».

Tempos: Grelha própria.

Proposta de Lei n.º 47/XV/1.ª (GOV): — Regulamenta as contribuições de solidariedade temporárias sobre os setores da energia e da distribuição alimentar.

Projeto de Lei n.º 383/XV/1.ª (PCP): — Contribuição Extraordinária sobre Lucros, de combate à especulação e práticas monopolistas.

Projeto de Lei n.º 384/XV/1.ª (L): — Estabelece uma taxa adicional sobre lucros extraordinários.

Projeto de Lei n.º 389/XV/1.ª (PAN): — Impede o pagamento de remunerações accionistas e de bónus por instituições de crédito, que tenham recebido apoios financeiros públicos entre 2008 e 2022.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 144/XV/1.ª (PSD): — Altera o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Projeto de Lei n.º 387/XV/1.ª (PAN): — Procede à alteração do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, por forma a assegurar processos de elaboração, alteração ou revisão dos programas e dos planos territoriais mais democráticos, participativos e respeitadores do ambiente e da vontade das populações.

Projeto de Lei n.º 393/XV/1.ª (PCP): — Quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprova a revisão do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Resolução n.º 276/XV/1.ª (IL): — Pela suspensão dos acordos de extradição com a República Popular da China e com Hong Kong, como recomendado pelo Parlamento Europeu.

Projeto de Resolução n.º 286/XV/1.ª (PAN): — Recomenda ao Governo que proceda à avaliação urgente das implicações da Lei de Segurança Nacional aplicável em Hong Kong, adoptada pelo Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional da China, em 30 de junho de 2020, nos acordos pertinentes celebrados entre Portugal e Hong Kong, no âmbito das políticas de asilo, migração, vistos e residência e nos direitos fundamentais da comunidade portuguesa residente naquele território.

Tempos: Grelha D.

Proposta de Lei n.º 87/XIV/2.ª (ALRAM): — Sobre a atribuição de subsídio de Insularidade.

Projeto de Lei n.º 350/XV/1.ª (PCP): — Elimina as desigualdades na atribuição do suplemento de fixação ao pessoal do Corpo da Guarda Prisional

em funções nas regiões autónomas (4.^a alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2014, de 9 de janeiro).

Projeto de Lei n.º 391/XV/1.^a (CH): — Assegura o subsídio de insularidade a todos os funcionários públicos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Tempos: Grelha D.

Proposta de Lei n.º 95/XIV/2.^a (ALRAM): — Pela valorização da condição ultraperiférica do estudante atleta – Procede à 1.^a alteração do Decreto-Lei nº 55/2019, 24 de abril.

Tempos: Grelha D.

Votações.

REUNIÃO PLENÁRIA-2022.12.21 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Proposta de Lei n.º 42/XV/1.^a (GOV): — Procede à alteração do regime jurídico das autarquias locais, aprofundando o regime das áreas metropolitanas e das comunidades intermunicipais.

Tempos: Grelha D.

Proposta de Lei n.º 34/XV/1.^a (GOV): — Autoriza o Governo a legislar em matéria relativa ao destacamento dos condutores do setor do transporte rodoviário, transpondo a Diretiva 2020/1057 e criando o respetivo regime sancionatório.

Projeto de Lei n.º 253/XV/1.^a (CH): — Determina que a profissão de motorista de veículos pesados de mercadorias e de passageiros seja considerada de desgaste rápido.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 216/XV/1.ª (PS): — Assegura o acesso às campanhas de publicidade institucional do Estado, aos órgãos de comunicação social direcionados às comunidades portuguesas no estrangeiro, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto.

Projeto de Lei n.º 250/XV/1.ª (PAN): — Procede à terceira alteração à Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, por forma a incluir no seu âmbito de aplicação a publicidade institucional das entidades administrativas independentes.

Projeto de Lei n.º 394/XV/1.ª (CH): — Alarga o âmbito de aplicação da Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, passando a contemplar as comunidades portuguesas no estrangeiro.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 135/XV/1.ª (PCP): — Aprova o estatuto da condição policial.

Projeto de Lei n.º 136/XV/1.ª (PCP): — Gestão democrática do Sistema de Assistência na Doença da GNR e PSP (Sexta alteração ao Decreto-lei n.º 158/2005, de 20 de setembro).

Projeto de Resolução n.º 158/XV/1.ª (PCP): — Recomenda ao Governo que inicie um processo de estudo e discussão com vista à criação de uma polícia nacional de natureza civil em substituição da PSP e da GNR.

Projeto de Lei n.º 147/XV/1.ª (CH): — Procede à atualização dos montantes da componente fixa do suplemento de condição militar.

Projeto de Lei n.º 245/XV/1.ª (CH): — Eliminação do fator de sustentabilidade aplicado aos agentes da Polícia de Segurança Pública aposentados, não abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 4/2017, de 6 de janeiro.

Projeto de Lei n.º 254/XV/1.ª (CH): — Atribui aos efetivos com funções policiais das forças e serviços de segurança a qualificação de profissão de desgaste rápido.

Projeto de Lei n.º 256/XV/1.ª (CH): — Altera o Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro, garantindo o cumprimento dos critérios de pré-aposentação e aposentação dos profissionais da Polícia de Segurança Pública de acordo com o seu Estatuto Profissional.

Projeto de Lei n.º 381/XV/1.ª (PAN): — Aumenta a componente fixa do suplemento por serviço e risco dos profissionais das forças e serviços de segurança.

Tempos: Grelha C.

Petição n.º 252/XIV/2.ª (António José Ladeira Soares Neto e outros): — Contra a construção do Novo Aeroporto Montijo e a favor do Aeroporto Beja.

Projeto de Resolução n.º 109/XV/1.ª (L): — Recomenda ao Governo que desenvolva um Plano Nacional Aeroportuário, sujeito a Avaliação Ambiental Estratégica.

Projeto de Resolução n.º 114/XV/1.ª (BE): — Pela dinamização do transporte de passageiros no aeroporto de Beja.

Projeto de Resolução n.º 308/XV/1.ª (PCP): — Aproveitamento do Aeroporto de Beja nas suas diversas dimensões e potencialidades.

Tempos: Grelha própria.

REUNIÃO PLENÁRIA-2022.12.22 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Projeto de Lei n.º 99/XV/1.ª (PSD): — Aprova disposições específicas relativas ao exercício de funções de polícia florestal das carreiras de guarda-florestal das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Projeto de Lei n.º 390/XV/1.ª (CH): — Pela aprovação de várias faculdades inerentes à actividade prestada pelos guardas-florestais das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e harmonização do seu respectivo regime de aposentação.

Projeto de Lei n.º 395/XV/1.ª (PS): — Regime de exercício de funções de polícia florestal pelos trabalhadores da carreira de guarda-florestal das Regiões Autónomas.

Projeto de Lei n.º 396/XV/1.ª (PAN): — Aprova o regime especial aplicável ao exercício de funções de polícia florestal das carreiras de guarda-florestal das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e à alteração ao Decreto-Lei n.º 55/2006, de 15 de março

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 309/XV/1.ª (BE): — Medidas para melhorar o acesso a juntas médicas e agilizar a emissão do atestado médico de incapacidade multiuso.

Projeto de Lei n.º 246/XV/1.ª (CH): — Reformula o critério inerente avaliação à incapacidade das pessoas com deficiência.

Projeto de Lei n.º 385/XV/1.ª (L): — Estabelece a data em que o atestado de incapacidade multiusos produz efeitos e as datas implicadas no recurso hierárquico necessário da avaliação de incapacidade.

Projeto de Lei n.º 392/XV/1.ª (PCP): — Agilização na emissão ou renovação, prorrogação da vigência e gratuidade dos atestados multiuso.

Tempos: Grelha D.

Petição n.º 255/XIV/1.ª (Luís Filipe Ponche Rocha e outros): — Fogo Preso - Movimento de Apoio à Sobrevivência da Pirotecnia Portuguesa.

Projeto de Lei n.º 388/XV/1.ª (PAN): — Aprova uma moratória para a utilização de artigos de pirotecnia e consequente substituição por artefactos silenciosos, jogos de luzes ou similares, considerando os impactos negativos dos artigos de pirotecnia tradicionais na saúde das pessoas, bem-estar animal e ambiente

Tempos: Grelha própria.

Votações regimentais.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.01.04 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Declarações políticas.

Petição n.º 250/XIV/2.ª (José Bruno Teixeira Alves e outros): — Os enfermeiros com contrato individual de trabalho (CIT), solicitam igualdade em relação aos que têm contrato de funções públicas.

Tempos: Grelha própria.

Petição n.º 235/XIV/2.ª (Paulo Deus e outros): — Em defesa da Tapada das Necessidades.

Tempos: Grelha própria.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.01.05 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Debate temático requerido pelo GP do PSD subordinado ao tema «O setor dos registos».

Tempos: Grelha própria.

Proposta de Lei n.º 105/XIV/1.ª (ALRAM): — Pela majoração do financiamento da Universidade da Madeira e da Universidade dos Açores – Sexta alteração à Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 231/XV/1.ª (PS): — Aprova a lei-quadro da atribuição da categoria das povoações.

Tempos: Grelha D.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.01.06 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS

Proposta de Lei n.º 30/XV/1.ª (GOV): — Completa a transposição da Diretiva (EU) 2019/2161, relativa à defesa dos consumidores.

Projeto de Lei n.º 382/XV/1.ª (PAN): — Assegura a rotulagem ambiental dos produtos alimentares, procedendo à quarta alteração do Decreto-Lei n.º 138/90, de 26 de abril.

Tempos: Grelha D.

Proposta de Lei n.º 32/XV/1.ª (GOV): — Autoriza o Governo a estabelecer regras de certificação das qualificações das pessoas que intervêm na operação de embarcações que navegam em vias interiores, para transposição das Diretivas (EU) 2017/2397, 2020/12 e 2021/1233.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 380/XV/1.ª (PSD): — Revisão do Regime SIFIDE II para eliminação de abusos e incentivo ao verdadeiro investimento para investigação, desenvolvimento, inovação tecnológica e transição energética.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Resolução n.º 102/XV/1.ª (CH): — Pela realização de um estudo actualizado sobre a caracterização das comunidades ciganas residentes em Portugal.

Tempos: Grelha D.

Votações regimentais.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.01.11 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Debate com o Primeiro-Ministro, sobre política geral, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 224.º do RAR.

Tempos: Grelha própria.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.01.12 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Debate sobre as prioridades da Presidência Sueca do Conselho da UE, com a participação do Governo, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Acompanhamento e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de Construção da União Europeia.

Tempos: Grelha debates europeus.

Projeto de Lei n.º 408/XV/1.ª (IL): — Redução do valor das coimas por contraordenações económicas e criação do escalão de contraordenações muito leves (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro).

Projeto de Lei n.º 400/XV/1.ª (IL): — Elimina a obrigatoriedade de afixação da indicação de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis, alterando o Código do Trabalho.

Projeto de Lei n.º 401/XV/1.ª (IL): — Elimina a contraordenação por não deter três exemplares para a documentação dos transportes de mercadorias.

Projeto de Lei n.º 402/XV/1.ª (IL): — Elimina a obrigação de afixação de informação sobre a legislação referente ao direito de parentalidade, alterando o Código do Trabalho.

Projeto de Lei n.º 404/XV/1.ª (IL): — Eliminação da obrigatoriedade de a mera comunicação prévia ter de ser instruída com o título urbanístico (Quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 29/2014, de 19 de maio, aprova o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e estabelece o regime contraordenacional respetivo).

Projeto de Lei n.º 405/XV/1.ª (IL): — Elimina a obrigatoriedade de bidé e banheira em habitações (Alteração ao Regulamento Geral das Edificações Urbanas e ao Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08 de agosto, que regula a acessibilidade a espaços públicos, equipamentos colectivos e edifícios públicos e habitacionais).

Projeto de Lei n.º 406/XV/1.ª (IL): — Elimina a obrigatoriedade dos centros de bronzeamento artificial de afixar os diplomas ou certificados de competência do pessoal técnico (Quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 29/2014, de 19 de maio, aprova o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e estabelece o regime contraordenacional respetivo).

Projeto de Lei n.º 407/XV/1.ª (IL): — Extingue a exigência da comunicação prévia ao IPDJ de campos de férias (Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º

32/2011, de 07 de março, que estabelece o regime jurídico de acesso e de exercício da actividade de organização de campos de férias).

Projeto de Lei n.º 409/XV/1.ª (IL): — Elimina a obrigatoriedade de afixação de informação relativa à existência de postos de trabalho permanentes que estejam disponíveis na empresa ou estabelecimento, alterando o Código do Trabalho.

Projeto de Lei n.º 410/XV/1.ª (IL): — Elimina a obrigatoriedade de explicitar «Chamada para a rede fixa nacional» e «Chamada para rede móvel nacional» nas linhas telefónicas para contacto do consumidor (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 59/2021, de 14 de julho).

Projeto de Lei n.º 411/XV/1.ª (IL): — Simplifica o procedimento de renovação da carta de condução (Sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho).

Tempos: Grelha C.

Projeto de Lei n.º 235/XV/1.ª (PCP): — Regime de preços dos bens alimentares essenciais.

Tempos: Grelha D.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.01.13 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS

Projeto de Lei n.º 140/XV/1.ª (BE): — Garante a gestão pública do abastecimento de água e do saneamento.

Tempos: Grelha D.

Petição n.º 226/XIV/2.ª (STAL, ANDAEP, ANDE, FENPROF, CNIPE e FNSTFPS): — Não à transferência de competências para os municípios (municipalização) em Educação.

Tempos: Grelha própria.

Petição n.º 21/XIV/1.ª (CIPSO-Grupo de Cidadãos Pelos Seniores de Odivelas): — Pela construção de uma estrutura residencial sénior pública em Odivelas.

Tempos: Grelha própria.

Petição n.º 62/XIV/1.ª (Associação Portuguesa de Musicoterapia): — Reconhecimento da profissão do Musicoterapeuta em Portugal.

Tempos: Grelha própria.

Votações regimentais.

A próxima reunião da Conferência de Líderes realizar-se-á dia 4 de janeiro, pelas 10 horas e 30 minutos.

A Deputada Secretária da Mesa,

(Maria da Luz Rosinha)

CALENDARIZAÇÃO

DEZEMBRO 2022			
DIA 14	QUARTA-FEIRA	CONFERÊNCIA DE LÍDERES REUNIÃO PLENÁRIA	10:00 HORAS 15:00 HORAS
DIA 15	QUINTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 16	SEXTA-FEIRA	REUNIAO PLENÁRIA	10:00 HORAS
DIA 19	SEGUNDA-FEIRA	CONTACTO COM O ELEITORADO	
DIA 20	TERÇA-FEIRA	REUNIAO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 21	QUARTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 22	QUINTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS

JANEIRO 2023			
DIA 03	TERÇA-FEIRA	COMISSÕES PARLAMENTARES	
DIA 04	QUARTA-FEIRA	CONFERENCIA DE LIDERES REUNIÃO PLENÁRIA	10:30 HORAS 15:00 HORAS
DIA 05	QUINTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 06	SEXTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	10:00 HORAS
DIA 09	SEGUNDA-FEIRA	CONTACTO COM O ELEITORADO	
DIA 10	TERÇA-FEIRA	COMISSÕES PARLAMENTARES	
DIA 11	QUARTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 12	QUINTA-FEIRA	REUNIAO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 13	SEXTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	10:00 HORAS